

LEBLON EQUITIES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

CNPJ/MF nº 10.347.831/0001-98

Código ISIN: BRLEB2CTF000

O Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações (“Fundo”) está ofertando um montante de até 2.000.000 (dois milhões) de cotas, em série única, com preço de emissão de R\$100,00 (cem reais) por cota (“Cotas”), perfazendo o montante de até:

R\$ 200.000.000,00

As Cotas serão objeto de distribuição pública no Brasil, em mercado de balcão não organizado, coordenada pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., administradora do Fundo, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar, Centro – CEP: 20030-905 (“Administradora”), exclusivamente perante investidores qualificados, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores.

O Fundo foi constituído pela Administradora em 17 de setembro de 2008, e seus atos constitutivos e regulamento foram arquivados no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 2008, sob o nº 1118015. A oferta foi aprovada pela Administradora em 17 de setembro de 2008.

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/RFP/2008/062.

A Administradora e a Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. (“Gestora”), gestora da carteira de investimentos do Fundo (“Carteira”), mantém sistema de gerenciamento de riscos da Carteira, apesar disso não há garantia da completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o investidor. Além disso, o Fundo não conta com garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços, das companhias investidas, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC. **A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.**

As informações contidas neste Prospecto estão em consonância com o Regulamento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste Prospecto quanto do Regulamento, com especial atenção às seções relativas ao objetivo do Fundo, à sua política de investimento e à composição da Carteira, bem como às disposições deste Prospecto que tratam sobre os fatores de risco aos quais o Fundo está sujeito. **Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 14 a 16 deste Prospecto.**

Todo cotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar que recebeu exemplar deste Prospecto e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, de sua política de investimento, da composição da Carteira, da taxa de administração devida à Administradora e aos demais prestadores de serviços, dos riscos associados ao seu investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda no patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda, parcial ou total, do capital investido pelo investidor.

“O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, bem como sobre as Cotas a serem distribuídas.”

“As Cotas objeto da presente Distribuição Pública serão negociadas em sistema de mercado de balcão.”

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO EM QUESTÃO PODERÃO SER OBTIDOS JUNTO AO ADMINISTRADOR E À CVM.



LEBLON EQUITIES

Administradora e Instituição Líder da Distribuição

Gestora

A data deste Prospecto é 14 de outubro de 2009.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| Definições | 4 |
| Informações Básicas do Fundo | 6 |
| Sumário da Distribuição Pública | 8 |
| Identificação de Prestadores de Serviços do Fundo e Outros | 9 |
| <i>Outros Serviços.....</i> | <i>10</i> |
| <i>Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo</i> | <i>10</i> |
| <i>Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo</i> | <i>11</i> |
| <i>Atendimento aos Cotistas.....</i> | <i>12</i> |
| Remuneração dos Prestadores de Serviços e Outros Encargos | 13 |
| <i>Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo</i> | <i>13</i> |
| <i>Outros Encargos do Fundo.....</i> | <i>13</i> |
| Fatores de Risco | 13 |
| <i>Riscos Relacionados à Liquidez.....</i> | <i>14</i> |
| <i>Riscos Relacionados às Companhias Investidas.....</i> | <i>14</i> |
| <i>Riscos de Mercado.....</i> | <i>15</i> |
| <i>Outros Riscos.....</i> | <i>16</i> |
| Características da Distribuição Pública | 16 |
| <i>Características da Distribuição Pública</i> | <i>16</i> |
| <i>Cronograma da Distribuição Pública</i> | <i>18</i> |
| <i>Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública</i> | <i>18</i> |
| <i>Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública</i> | <i>19</i> |
| <i>Negociação de Cotas</i> | <i>19</i> |
| <i>Custos de Distribuição.....</i> | <i>19</i> |
| <i>Outras Informações</i> | <i>20</i> |
| Características do Fundo | 21 |
| <i>Informações Gerais sobre o Fundo</i> | <i>21</i> |
| <i>Prestadores de Serviços.....</i> | <i>21</i> |
| <i>Objetivo e Investimentos do Fundo.....</i> | <i>22</i> |
| <i>Cotas, Negociação e Transferência.....</i> | <i>22</i> |
| <i>Patrimônio Inicial Mínimo</i> | <i>24</i> |
| <i>Amortização e Resgate de Cotas.....</i> | <i>24</i> |
| <i>Outras Informações Importantes</i> | <i>25</i> |
| Administração e Gestão | 27 |
| <i>Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo</i> | <i>27</i> |
| <i>Mandato.....</i> | <i>27</i> |

| | |
|---|--------------------------------------|
| | 3 |
| <i>Obrigações da Administradora.....</i> | 27 |
| <i>Obrigações da Gestora.....</i> | 28 |
| <i>Vedações à Administradora e à Gestora</i> | 28 |
| <i>Substituição da Administradora e/ou da Gestora.....</i> | 29 |
| Assembléia Geral de Cotistas | 30 |
| <i>Periodicidade.....</i> | 30 |
| <i>Convocação</i> | 30 |
| <i>Quorum de Instalação</i> | Erro! Indicador não definido. |
| <i>Legitimidade</i> | 30 |
| <i>Competência</i> | 30 |
| <i>Quorum de Deliberação</i> | 31 |
| <i>Consulta Formal.....</i> | 31 |
| <i>Publicidade das Deliberações</i> | 31 |
| Regras de Tributação do Fundo..... | 32 |
| <i>Tributação Aplicável aos Cotistas</i> | 32 |
| <i>Tributação Aplicável ao Fundo</i> | 33 |
| Anexos..... | 34 |
| <i>Instrumento Particular de Constituição do Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações</i> | 34 |
| <i>Instrumento de Alteração do Regulamento do Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações.....</i> | 34 |
| <i>Regulamento do Fundo.....</i> | 34 |
| <i>Declarações da Administradora, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM 400.....</i> | 34 |
| <i>Minuta do Boletim de Subscrição</i> | 34 |

DEFINIÇÕES

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão os significados a eles a seguir atribuídos, salvo referência diversa neste Prospecto:

| | |
|--|--|
| Administradora | BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| Anúncio de Encerramento | Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública de Cotas da Primeira Emissão do Fundo. |
| Anúncio de Início | Anúncio de Início de Distribuição Pública de Cotas da Primeira Emissão do Fundo. |
| Assembléia Geral | Assembléia Geral de Cotistas do Fundo. |
| Auditores Independentes ou KPMG | KPMG Auditores Independentes. |
| BACEN | Banco Central do Brasil. |
| Boletim de Subscrição | Boletim de subscrição de Cotas, a ser assinado pelo Cotista ao ingressar no Fundo por ocasião de qualquer investimento no Fundo. |
| Bovespa | Bolsa de Valores de São Paulo. |
| Carteira | Carteira de investimentos do Fundo. |
| CMN | Conselho Monetário Nacional. |
| Companhias Investidas | Sociedades anônimas abertas ou fechadas, localizadas no território nacional, objeto de investimento pelo Fundo. |
| Compromisso de Investimento | Instrumento Particular de Compromisso de Investimento, a ser assinado pelo Cotista ao ingressar no Fundo. |
| Cota ou Cotas | Cota ou cotas do Fundo, em série única, com preço de emissão inicial de R\$100,00 (cem reais) por cota. |
| Cotista ou Cotistas | Investidor ou Investidores Qualificados que invistam no Fundo, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409. |
| Custodiante ou Bradesco | Banco Bradesco S.A. |
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários. |
| Distribuição Pública | A presente oferta pública de distribuição de Cotas. |
| Fundo | Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações. |
| Gestora ou Leblon Equities | Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. |

| | |
|-----------------------------------|--|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. |
| Instrução CVM 391 | Instrução CVM nº 391, de 16 de julho de 2003, e alterações posteriores. |
| Instrução CVM 400 | Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores. |
| Instrução CVM 409 | Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e alterações posteriores. |
| Investidor Qualificado | Investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409. |
| IPCA | Índice de preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE. |
| Patrimônio Inicial Mínimo | Patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo, no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais). |
| Período de Desinvestimento | Período de 2 (dois) anos, seguinte ao término do Período de Investimento, no qual os investimentos do Fundo deverão ser liquidados de forma ordenada, a critério da Gestora, visando à otimização do desinvestimento pelo Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembléia Geral. |
| Período de Investimento | Período de 3 (três) anos, contado do início do Prazo de Duração, no qual serão realizados os investimentos do Fundo, podendo este período ser prorrogado ou reduzido a critério da Assembléia Geral. |
| Prazo de Duração | Período de 5 (cinco) anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo. |
| Prospecto | Este Prospecto de Distribuição Pública de Cotas da Primeira Emissão do Fundo. |
| Regulamento | Regulamento do Fundo elaborado pela Administradora em xx de 2008 e registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em xxxx. |
| Resolução CMN 2.689 | Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e alterações posteriores. |
| Taxa de Administração | Remuneração devida pelo Fundo à Administradora correspondente a 0,075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio comprometido do Fundo. |

INFORMAÇÕES BÁSICAS DO FUNDO

| | |
|---|---|
| Denominação | Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações. |
| CNPJ | 10.347.831/0001-98 |
| Tipo | Fundo fechado. |
| Administradora | BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| Gestora | Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. |
| Custodiante | Banco Bradesco S.A. |
| Auditores Independentes | KPMG Auditores Independentes. |
| Objeto | Ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas. |
| Prazo de Duração | O Fundo tem prazo de duração de 5 (cinco) anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo, podendo este prazo ser reduzido ou prorrogado, por deliberação da Assembléia Geral. |
| Classes de Cotas | Haverá apenas 1 (uma) classe de Cotas, atribuindo iguais direitos aos seus titulares. |
| Número de Cotas a serem emitidas | O Fundo emitirá e distribuirá, inicialmente, entre 1.000 (mil) e 2.000.000 (dois milhões) Cotas. |
| Preço de Emissão | Inicialmente, serão emitidas e distribuídas Cotas com preço de emissão de R\$ 100,00 (cem reais) por Cota, sendo que as citadas cotas serão subscritas e integralizadas pelo referido valor, a qualquer tempo ao longo do período de distribuição |
| Forma de colocação das Cotas | Distribuição pública. |
| Público-Alvo | O Fundo é destinado a Investidores Qualificados que busquem retorno de rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas. |
| Valor Mínimo de Aplicação no Fundo | R\$100.000,00 (cem mil reais). |
| Patrimônio Inicial Mínimo | O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais). |
| Prazo para Subscrição do Patrimônio Inicial Mínimo | O prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da publicação do Anúncio de Início, prorrogável por igual período. |
| Negociação de Cotas | As Cotas poderão ser negociadas em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, podendo ser transferidas, observadas as condições descritas no |

Regulamento e na legislação aplicável. Ver “Características do Fundo – Cotas, Negociação e Transferência”.

Taxa de Administração e demais Encargos

As despesas e encargos previstos no Regulamento, bem como a Taxa de Administração serão suportados pelo Fundo. Não será cobrada taxa de ingresso ou saída de Cotistas.

Publicidade de Informações sobre o Fundo

As informações relevantes relativas ao Fundo serão divulgadas diretamente aos Cotistas, por carta, fax ou e-mail.

Informações Complementares

Quaisquer informações complementares sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas com a Administradora e/ou a Gestora, nos endereços e *sites* constantes da seção “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, ou com a CVM, na Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro, RJ, e na Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br). As informações constantes dos *sites* da Administradora e da Gestora não são parte integrante e nem se encontram incorporadas por referência a este Prospecto.

Declarações

As declarações da Administradora, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, encontram-se anexas a este Prospecto.

SUMÁRIO DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

| | |
|---|---|
| Aprovação da Distribuição Pública | A Distribuição Pública foi aprovada pela Administradora em 17 de setembro de 2008. |
| Cotas Ofertadas | Entre 1.000 (mil) e 2.000.000 (dois milhões) de Cotas, todas nominativas e escriturais, sem valor nominal. |
| Preço de Emissão das Cotas | No âmbito da Distribuição Pública, as Cotas serão emitidas com preço de emissão de R\$100,00 (cem reais) por Cota. |
| Valor total da Distribuição Pública | Entre R\$100.000,00 (cem mil reais) e R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais). |
| Procedimento da Distribuição | Após a concessão do registro de funcionamento do Fundo e da Distribuição Pública, e a publicação do Anúncio de Início, a Administradora acessará investidores, os quais formalizarão seu interesse em participar da primeira emissão de Cotas do Fundo, por meio da assinatura de Compromissos de Investimento. A subscrição e integralização das Cotas deverão obedecer ao disposto no Regulamento e no presente Prospecto. A conclusão da Distribuição Pública será informada ao mercado por meio de Anúncio de Encerramento, publicado no jornal “Diário Mercantil”. |
| Regime de colocação | A colocação das Cotas será feita pela Administradora em regime de melhores esforços. |
| Prazo para Celebração dos Compromissos de Investimento | 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de publicação do Anúncio de Início, sendo que, após este prazo, a celebração de novos Compromissos de Investimento dependerão da aprovação da Gestora. |
| Integralização das Cotas | Durante o Período de Investimento, os Cotistas serão chamados pela Administradora a integralizar as Cotas por eles subscritas, mediante chamadas de capital que deverão ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias em relação à data prevista para a subscrição das Cotas, sendo que a integralização das referidas Cotas será feita à vista, no ato da subscrição. As chamadas de capital serão feitas por meio de correspondência com aviso de recebimento encaminhada aos Cotistas. |
| Prazo para Subscrição do Patrimônio Inicial Mínimo | O prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da publicação do Anúncio de Início, e prorrogável por igual período. |
| Forma de Pagamento | A integralização das Cotas poderá ser efetuada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente em nome do Fundo. |
| Valor Mínimo de Subscrição | R\$100.000,00 (cem mil reais). |
| Informações Adicionais | Quaisquer outras informações ou esclarecimentos complementares sobre o Fundo e a Distribuição Pública poderão ser obtidas com a Administradora e/ou a Gestora, ou com a CVM. |

IDENTIFICAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO E OUTROS

Esta seção contém a identificação dos prestadores de serviços contratados pelo Fundo, bem como da Administradora e da Gestora, que poderão prestar esclarecimentos sobre o Fundo e a Distribuição Pública.

1. Administradora

BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida Presidente Wilson, nº 231, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Carla Lopes

Tel.: (21) 3974-4500

Fax: (21) 3974-4501

Correio Eletrônico: fip@bnymellon.com.br

Website: www.bnymellon.com.br

2. Gestora

Leblon Equities Gestora de Recursos Ltda.

Avenida Niemeyer, nº 2, Salas 201 e 202

Rio de Janeiro – RJ

At.: Pedro Rudge

Tel.: (21) 3206-7300

Fax: (21) 3206-7301

Correio Eletrônico: contato@leblonequities.com.br

Website: www.leblonequities.com.br

3. Custodiante

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n

Prédio Novo, 4º andar, Bairro Vila Yara

Osasco – SP

At.: Ronaldo Lopes Costa

Tel.: (11) 3684-5170

Fax: (11) 3684-2714

Correio Eletrônico: 4010.ronaldol@bradesco.com.br

Website: www.bradesco.com.br

4. Auditor Independente

KPMG Auditores Independentes

Av. Almirante Barroso, nº 52, 4º andar

Rio de Janeiro – RJ

At.: Bruno Gomes

Tel.: (21) 3515-9442

Fax: (21) 3515-9000

Correio Eletrônico: brodrigues@kpmg.com.br

Website: www.kpmg.com.br

Outros Serviços

A Administradora poderá contratar a prestação de outros serviços, inclusive no que se refere à avaliação, acompanhamento e indicação de investimentos, atividades e desempenho financeiro das Companhias Investidas, bem como assessoria na análise dos desinvestimentos, observado que as despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, estão limitadas ao valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por exercício social, podendo este limite ser alterado por deliberação da Assembléia Geral.

Descrição dos Principais Prestadores de Serviços do Fundo

Administradora

A BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é uma subsidiária do The Bank of New York Mellon Corporation e foi constituída em dezembro de 1997 como uma joint venture entre a Mellon Financial Corporation e o Banco Brascan S.A., para gerir recursos de terceiros no Brasil.

A evolução do portfólio de serviços financeiros e as alterações em sua estrutura societária fortaleceram a imagem de uma empresa que se adapta às mudanças ocorridas no mercado e às necessidades de seus clientes com técnica e criatividade, resultando, em 2005, na Mellon, subsidiária da Mellon Financial Corporation, a qual atua em quatro linhas de negócios: asset management, asset allocation, asset servicing e corporate governance.

A atividade de asset servicing é exercida pela Mellon, líder em serviços financeiros para gestores independentes e clientes institucionais e corporativos. Os serviços de controladoria, representação legal, risco e compliance são prestados para mais de 700 (setecentos) fundos de investimento, totalizando R\$57 bilhões, na data-base de outubro de 2007. A Mellon zela, ainda, pela boa aplicação dos recursos, respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos de investimento e a integração com a política de investimento própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

A empresa zela, ainda, pela boa aplicação dos recursos, respeitando a legislação vigente, os regulamentos dos fundos de investimento e a integração com a política de investimento própria dos clientes institucionais e seus reguladores.

O The Bank of New York Mellon Corporation foi constituído em julho de 2007 a partir da fusão do The Bank of New York Company, Inc. com a Mellon Financial Corporation. A combinação destas duas instituições financeiras resultou na empresa líder em serviços financeiros no mundo. Juntas, as duas instituições tornaram-se o líder global em administração e gestão de ativos, comprometido com excelência e alta performance de seus serviços.

Hoje, o The Bank of New York Mellon Corporation é uma empresa global de serviços financeiros focada em ajudar clientes a gerir ativos financeiros. Ela opera em 37 países e atende a mais de 100 mercados. A companhia é um provedor líder de serviços financeiros para instituições, corporações e pessoas físicas, nos segmentos de gestão de ativos, gestão de patrimônio, administração e controladoria fiduciária de fundos de investimento, utiliza-se de uma equipe global exclusivamente voltada para atender às necessidades de seus clientes e possui mais de US\$20 trilhões de ativos sob sua custódia e administração e US\$1 trilhão de ativos sob sua gestão.

A Administradora é instituição financeira autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997.

Gestora

A Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. foi fundada em junho de 2008. A empresa dedica-se à gestão de fundos de ações no mercado brasileiro, seguindo a filosofia *value oriented*, em que os investimentos são orientados pelo valor econômico das companhias.

A Leblon Equities concentra-se exclusivamente na gestão de recursos, sendo uma especialista em participações brasileiras, e seus principais clientes são investidores individuais e institucionais de elevado patrimônio, tanto nacionais quanto estrangeiros. A custódia e a administração dos fundos de investimento geridos pela Leblon Equities são terceirizadas em instituições de grande porte.

A Gestora é sociedade autorizada pela CVM a exercer a atividade de administração de carteira de valores mobiliários, por meio do Ato Declaratório CVM nº 10.021, de 9 de setembro de 2008.

Custodiante

O Custodiante, por meio de seu Departamento de Ações e Custódia (“DAC”), está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral, como custódia, controladoria, escrituração de ativos, banco mandatário, *trustee*, agente de compensação, dentre outros, há mais de 30 (trinta) anos.

O DAC presta serviços somente para recursos de terceiros, apresentando estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo, assim, total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação é garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos de investimento e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de custódia e controladoria do Custodiante têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma “NBR ISO 9001:2000”, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

Especificamente para a área de custódia são mantidos sistemas do mercado apropriados, existindo contingência de sistemas e ambiente físico, o que possibilita a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Relacionamento entre os Principais Prestadores de Serviços do Fundo

Administradora e Gestora

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Administradora e a Gestora não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial, salvo aquele existente em razão de a Gestora ser gestora da carteira de outros fundos de investimento que têm como administradora a Administradora.

Administradora e Custodiante

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Administradora e o Custodiante mantêm, na data deste Prospecto, relacionamento comercial, existente em razão de o Custodiante prestar à Administradora serviços bancários em geral, entre eles, a manutenção de contas correntes em nome da Administradora. Além disso, a Administradora é administradora de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Administradora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar esses ou outros serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Gestora e Custodiante

Além do relacionamento referente ao Fundo e à Distribuição Pública, a Gestora e o Custodiante não mantêm, na data deste Prospecto, qualquer relacionamento comercial salvo aquele existente em razão de a Gestora ser gestora da carteira de outros fundos de investimento que têm como custodiante o Custodiante.

Adicionalmente, a Gestora poderá, no futuro, contratar o Custodiante, para prestar serviços bancários em geral, tais como débito automático de cobranças de clientes e serviços de pagamento de tributos e fornecedores, e para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades.

Atendimento aos Cotistas

A Administradora mantém em funcionamento o Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC), responsável pelo esclarecimento de dúvidas e pelo recebimento de reclamações, por meio do telefone (21) 3974-4500 e do fax (21) 3974-4501, nos dias úteis, das 9.00 às 18.00 horas, ou do endereço eletrônico fip@bnymellon.com.br. A Ouvidoria poderá ser acessada pelo telefone 0800-7253219 ou através do endereço www.bnymellon.com.br/sf, sempre que as respostas as solicitações do Cotista ao Serviço de Atendimento a Clientes (SAC) não atenderem às suas expectativas.

As dúvidas dos Cotistas relativas à gestão da Carteira poderão ser esclarecidas diretamente com o departamento de atendimento ao Cotista da Gestora, por meio do telefone (21) 3206-7300 e do fax (21) 3206-7301, nos dias úteis, das 9.00 às 18.00 horas, ou do endereço eletrônico contato@leblonequities.com.br.

REMUNERAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS E OUTROS ENCARGOS

Remuneração dos Prestadores de Serviços do Fundo

Taxa de Administração

É devido pelo Fundo à Administradora o montante equivalente a 0,075% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o valor do patrimônio comprometido do Fundo, provisionado diariamente (em base de 252 dias por ano) e pago mensalmente, por períodos vencidos, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

A Gestora não fará jus a nenhuma remuneração.

Taxa de Performance

Não será cobrada taxa de performance.

Taxa de Ingresso e Saída

Não será cobrada qualquer taxa de ingresso ou de saída dos Cotistas.

Outros Encargos do Fundo

Constituem encargos do Fundo as seguintes despesas que lhe poderão ser debitadas pela Administradora:

- emolumentos e comissões pagos por operação de compra e venda de títulos e valores mobiliários integrantes da Carteira;
- taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais e municipais que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e periódicos, previstas na regulamentação aplicável;
- despesas com correspondência de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Cotistas;
- honorários e despesas dos auditores encarregados da auditoria anual das demonstrações contábeis do Fundo;
- honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao Fundo, se for o caso;
- parcela de prejuízos eventuais não coberta por apólices de seguro e não decorrente de culpa ou negligência da Administradora no exercício de suas funções;
- prêmios de seguro, bem como quaisquer despesas relativas à transferência de recursos do Fundo entre bancos;
- quaisquer despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, até o limite de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral;
- taxa de custódia dos ativos integrantes da Carteira; e
- despesas com a contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, até o limite de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por exercício social, o qual poderá ser alterado por deliberação da Assembléia Geral.

Quaisquer outras despesas, que não estejam expressamente previstas no Regulamento como encargos do Fundo, correrão por conta da Administradora, salvo decisão contrária da Assembléia Geral.

FATORES DE RISCO

O investimento nas Cotas envolve riscos significativos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto e no Regulamento e, em especial, os riscos mencionados abaixo. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Administradora e da Gestora na data deste Prospecto. Riscos adicionais atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem afetar ao Fundo de forma adversa.

As aplicações realizadas no Fundo e pelo Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, dos demais prestadores de serviços do Fundo, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, e podem ser adversa e materialmente afetadas por quaisquer dos fatores de risco indicados abaixo, podendo ocorrer, inclusive, perda total do patrimônio do Fundo e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Riscos Relacionados à Liquidez

Restrições ao Resgate de Cotas e Liquidez Reduzida

O Fundo, constituído sob a forma de condomínio fechado, não admite o resgate de Cotas a qualquer momento. Dessa forma, um Cotista interessado em desfazer-se de seus investimentos no Fundo deverá encontrar, sob a sua exclusiva responsabilidade, um adquirente para sua participação, observado, ainda, que este deverá ser um Investidor Qualificado. Os Cotistas poderão ter dificuldades em realizar a venda de suas Cotas no momento em que desejarem e/ou obter preços reduzidos na venda das Cotas. Os Cotistas devem estar cientes de que a liquidez das cotas de fundos de investimento em participações é considerada baixa se comparada com outros ativos financeiros.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo

Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou da totalidade dos ativos integrantes da Carteira, especialmente no caso de títulos e valores mobiliários de emissão de companhias fechadas, ou de companhias abertas sem ou com pouca negociação, poderá não haver demanda por esses ativos ou somente haver demanda a preços reduzidos, em prejuízo do patrimônio do Fundo, e, conseqüentemente, do capital investido pelos Cotistas.

Além disso, como os investimentos do Fundo deverão propiciar-lhe a sua efetiva participação no processo decisório das Companhias Investidas, o Fundo estará sujeito às normas sobre vedação à negociação de valores mobiliários impostas às pessoas que têm acesso a informações sobre as Companhias Investidas. Assim, caso o Fundo tenha acesso a informações sobre as Companhias Investidas, não poderá negociar os valores mobiliários de emissão das respectivas companhias até que tais informações sejam divulgadas.

Riscos Relacionados às Companhias Investidas

Desempenho das Companhias Investidas

Os investimentos nas Companhias Investidas envolvem riscos relativos aos setores em que atuam. Não há garantia quanto ao desempenho de quaisquer desses setores e nem tampouco certeza de que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe *pari passu* o desempenho médio do seu respectivo setor. Adicionalmente, ainda que o desempenho de cada uma das Companhias Investidas acompanhe o desempenho médio das demais empresas do seu setor de atuação, não há garantia de que o Fundo e seus Cotistas não experimentarão perdas, nem há certeza quanto à possibilidade de eliminação de tais riscos.

Além disso, o Fundo influenciará na definição da política estratégica e na gestão das Companhias Investidas. Dessa forma, caso determinada Companhia Investida tenha sua falência decretada e/ou caso haja desconsideração da personalidade jurídica da Companhia Investida, a responsabilidade pelo pagamento de determinados passivos da Companhia Investida poderá ser atribuída ao Fundo, o que causará um impacto negativo no valor das Cotas.

Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas

Os Cotistas respondem ilimitadamente pelo passivo do Fundo, de modo que o patrimônio pessoal de cada Cotista poderá ser atingido, caso o Fundo sofra perdas patrimoniais superiores ao capital investido. Tal situação pode ocorrer, por exemplo, caso o Fundo venha a ser responsabilizado por passivos referentes às companhias investidas. Nessa hipótese, os Cotistas poderão ser obrigados a realizar aportes de recursos adicionais de forma a cobrir os prejuízos sofridos pelo Fundo.

Concentração e Riscos da Carteira

O Fundo poderá adquirir valores mobiliários de emissão de uma única Companhia Investida, sendo que, com exceção do previsto no Regulamento (ver “Características do Fundo – Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira”), não existirão quaisquer outros critérios de concentração e/ou diversificação da Carteira, o que implicará em risco de concentração dos investimentos do Fundo em ativos de um único emissor e de pouca liquidez. Essa concentração poderá, eventualmente, acarretar perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, tendo em vista, principalmente, que os resultados do Fundo poderão depender integralmente dos resultados atingidos por uma única ou poucas Companhias Investidas cujos valores mobiliários venham a integrar a Carteira, ou de seus setores econômicos de atuação.

O Fundo poderá ser titular de 100% (cem por cento) das ações de Companhias Investidas e/ou ser acionista controlador dessas companhias, hipóteses nas quais incorrerá nos riscos de ser responsabilizado por seus atos na qualidade de acionista controlador.

Ausência de Companhias a serem Investidas

O Fundo foi constituído com a finalidade de investir seus recursos em Companhias Investidas que apresentem um potencial de valorização significativo. Tais escolhas se basearão em uma análise criteriosa dos fundamentos do negócio e suas perspectivas. Há o risco de não serem encontradas Companhias Investidas dispostas a desenvolver empreendimentos com as características perseguidas pelo Fundo.

Nesse caso, os recursos que não estiverem alocados nos termos da política de investimento do Fundo deverão ser investidos na forma disposta neste Prospecto e no Regulamento do Fundo, observado que, na hipótese de os recursos recebidos pelo Fundo a título de integralização das Cotas não serem aplicados nos termos e prazos previstos no Regulamento, a parcela do patrimônio líquido do Fundo não investida de acordo com a política de investimento do Fundo será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Amortização de Cotas Condicionada ao Retorno das Companhias Investidas

Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes de dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outros rendimentos que sejam atribuídos aos valores mobiliários integrantes da Carteira do Fundo e ao retorno do investimento nas Companhias Investidas. A capacidade do Fundo de amortizar as Cotas e/ou distribuir dividendos declarados em favor das ações de sua propriedade pelas Companhias Investidas está condicionada ao recebimento, pelo Fundo, dos recursos acima citados.

Dificuldade de Acesso a Informações

Os investimentos do Fundo poderão ser feitos em companhias fechadas, as quais, embora tenham de adotar determinadas práticas de governança corporativa (ver “Características do Fundo – Objetivos do Fundo”), não estão obrigadas a observar as mesmas regras que as companhias abertas, relativamente à divulgação de suas informações ao mercado e a seus acionistas, o que pode representar uma dificuldade para o Fundo quanto (i) ao bom acompanhamento das atividades e resultados da Companhia Investida, e (ii) à correta decisão sobre a liquidação do investimento, o que pode afetar negativamente o valor da Carteira e das Cotas.

Riscos de Mercado

Capacidade de Crédito

Os ativos financeiros integrantes da Carteira podem estar sujeitos à capacidade de seus emissores em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal referentes a tais ativos. Alterações nas condições financeiras dos emissores dos ativos financeiros e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos ativos financeiros.

O Fundo poderá incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de ativos em nome do Fundo. Na hipótese de falta de capacidade e/ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores de ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da Carteira, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para conseguir recuperar os seus créditos.

Não Recuperação dos Recursos Aplicados

O não cumprimento, nas datas previstas, das obrigações referentes aos valores mobiliários por parte das Companhias Investidas poderá prejudicar a capacidade de pagamento e a rentabilidade do Fundo e dos Cotistas, podendo, ainda, o Fundo incorrer em custos adicionais, na tentativa de recuperação dos créditos inadimplentes.

Além disso, caso o Fundo venha a tomar medidas para a cobrança, seja por procedimento judicial ou extrajudicial, dos valores mobiliários integrantes da Carteira cujos valores de principal ou encargos não tenham sido honrados, não há quaisquer garantias de que os montantes devidos serão recuperados total ou parcialmente e em prazo compatível com o Prazo de Duração. Nessa hipótese, os rendimentos do Fundo e, conseqüentemente, dos Cotistas, poderão ser adversamente afetados.

Uso de Derivativos

A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Cotistas, inclusive superiores ao valor investido. Ver “– Responsabilidade Ilimitada dos Cotistas”.

Outros Riscos

Fatos Exógenos ao Controle dos Prestadores de Serviços

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, da Gestora e dos demais prestadores de serviços do Fundo, tais como moratória, mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da Carteira e alteração na política monetária, os quais, caso materializados, poderão causar impacto negativo sobre a rentabilidade do Fundo e o valor das Cotas.

Fatores Macroeconômicos

As premissas de cada investimento serão estabelecidas de acordo com condições macroeconômicas sujeitas a alterações, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e de capitais brasileiro. Nesse caso, os ganhos do Fundo podem ser prejudicados, causando eventuais prejuízos aos Cotistas. Além disso, alterações macroeconômicas podem aumentar a inadimplência, gerando prejuízos ou reduzindo ganhos dos Cotistas.

Não existência de Garantia de Rentabilidade

A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos do Fundo em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as Cotas.

Descontinuidade

O Regulamento estabelece algumas hipóteses em que a Assembléia Geral poderá reduzir o Prazo de Duração ou liquidar antecipadamente o Fundo. Nessas situações, os Cotistas terão o prazo original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração proporcionada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pela Gestora ou pelos demais prestadores de serviços do Fundo, nenhuma multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato.

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA

Características da Distribuição Pública

Distribuição Pública e Público Alvo

As Cotas serão objeto de distribuição pública exclusivamente no Brasil, em mercado de balcão não organizado. A Distribuição Pública será conduzida pela Administradora, sob regime de melhores esforços.

O público-alvo da Distribuição Pública são, exclusivamente, Investidores Qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, que busquem retorno de rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.

Quantidade, Espécie e Valor das Cotas

No âmbito da Distribuição Pública, serão emitidas entre 1.000 (mil) e 2.000.000 (dois milhões) de Cotas, todas nominativas e escriturais, correspondentes a frações ideais do patrimônio líquido do Fundo.

O preço de emissão inicial das Cotas foi fixado em R\$100,00 (cem reais) por Cota, totalizando a Distribuição Pública o valor entre R\$100.000,00 (cem mil reais) e R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).

Direitos, Vantagens e Restrições das Cotas

As Cotas garantem a seus titulares os direitos, vantagens e restrições a elas atribuídos no Regulamento e na regulamentação aplicável, inclusive (i) o direito de participar das Assembléias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às Cotas, e (ii) o direito de receber integralmente todos os recursos que venham a ser distribuídos pelo Fundo a título de amortização de Cotas e/ou as quantias atribuídas pelas Companhias Investidas ao Fundo, a título de dividendos, que venham a ser distribuídas pelo Fundo, nos termos do Regulamento.

As Cotas garantem, ainda, o direito de preferência na aquisição de Cotas, em igualdade de condições com terceiros e na proporção das Cotas detidas, na hipótese de outro Cotista desejar alienar suas Cotas, no todo ou em parte. Os procedimentos para o exercício do direito de preferência encontram-se previstos no Regulamento. Ver “Características do Fundo – Direito de Preferência”.

Aprovação da Distribuição Pública

A Distribuição Pública foi aprovada pela Administradora em XXX de 2008, por meio do “Instrumento Particular de Constituição do Regulamento do Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações”, o qual foi devidamente registrado no 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 2008 sob o nº 1118015.

Registro da Distribuição Pública das Cotas

A Distribuição Pública foi registrada na CVM sob o nº XX, em XXX de 2008.

Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas

Ao ingressar no Fundo, cada Cotista deverá celebrar um Compromisso de Investimento, que constituirá sua expressa ciência e concordância com todos os termos e condições do Regulamento e conterà, além das disposições referentes ao valor comprometido do Cotista em relação ao Fundo, a previsão expressa de que a Administradora deverá, observado o disposto no Regulamento, realizar chamadas de capital, sob prévia orientação do GESTOR, as quais o investidor estará obrigado a honrar, de acordo com as regras constantes do respectivo Compromisso de Investimento.

O prazo para a celebração de Compromissos de Investimento no âmbito da Distribuição Pública é de 360 (trezentos e sessenta) dias a partir da data de publicação do Anúncio de Início, sendo que, após este prazo, a celebração de novos Compromissos de Investimento dependerão da aprovação da Gestora.

O prazo para subscrição e integralização das cotas constitutivas do patrimônio inicial mínimo estabelecido para funcionamento do FUNDO se encerrará após 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da publicação do Anúncio de Início, podendo ser prorrogável por igual período.

As chamadas de capital serão realizadas pela Administradora, mediante determinação da Gestora, e poderão ocorrer durante todo o Período de Investimento, devendo ser efetuadas com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias em relação à data prevista para a subscrição das Cotas, por meio de correspondência com aviso de recebimento encaminhada aos Cotistas, sendo que a integralização das referidas Cotas será feita à vista, no ato da subscrição. Após o Período de Investimento, a obrigação do Cotista de honrar as chamadas de capital estará automaticamente extinta, e as Cotas não subscritas e integralizadas serão canceladas.

Em qualquer caso, as chamadas de capital serão realizadas pelo preço de emissão das Cotas e estarão limitadas ao valor total comprometido pelo Cotista, constante do respectivo Compromisso de Investimento.

Por ocasião de qualquer investimento no Fundo, o subscritor assinará Boletim de Subscrição, que será entregue à Administradora, do qual constarão: (i) o nome e a qualificação do Cotista; (ii) o número de Cotas subscritas; e (iii) o preço de emissão, o valor total a ser integralizado pelo subscritor, e o respectivo prazo, sendo que cada Boletim de Subscrição será devidamente autenticado pela Administradora e corresponderá ao comprovante de pagamento referente à respectiva integralização de Cotas.

A integralização das Cotas poderá ser efetuada por meio de transferência eletrônica disponível (TED) ou depósito em conta corrente em nome do Fundo.

O Cotista que não fizer o pagamento nas condições previstas no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de seu débito, atualizado pelo IPCA, *pro rata temporis*, e de uma multa mensal de 2% (dois por cento) sobre o débito corrigido, cujo montante será revertido em favor do Fundo.

Além disso, o Cotista inadimplente, que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de subscrever e integralizar Cotas, de acordo com as chamadas de capital efetuadas pela Administradora, terá as amortizações de cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo Fundo a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

As Cotas não integralizadas no prazo de 90 (noventa) dias após a data indicada pela Administradora no âmbito da respectiva chamada de capital, observados os termos e condições previstos no Regulamento, no Compromisso de Investimento e/ou no respectivo Boletim de Subscrição, serão automaticamente canceladas.

Subscrição e Integralização das Cotas Constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo

Sem prejuízo das chamadas de capital mencionadas no item anterior, o prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da data da publicação do Anúncio de Início, prorrogável por igual período.

Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o Patrimônio Inicial Mínimo não seja atingido, as Cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do Fundo será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Aplicação dos Recursos

As importâncias recebidas pelo Fundo a título de integralização das Cotas deverão ser depositadas em conta corrente em nome do Fundo, sendo obrigatória a sua aplicação na aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas e/ou em outros ativos, de acordo com a política de investimento do Fundo, no prazo máximo de 360 (trezentos e sessenta) dias, sendo que, até a sua aplicação, tais recursos deverão ser investidos em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento **referenciados DI ou renda fixa, inclusive os administrados pela Administradora**, observado o prazo máximo acima e os limites previstos no Regulamento.

A Assembléia Geral poderá determinar a prorrogação do prazo para aplicação dos valores recebidos pelo Fundo a título de integralização de Cotas por períodos sucessivos de 90 (noventa) dias. Caso a aplicação dos recursos não seja devidamente realizada, e o referido prazo não seja prorrogado, a parcela do patrimônio líquido do Fundo não investida de acordo com a política de investimento do Fundo será, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, restituída aos subscritores, nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Valor Mínimo de Investimento

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$100.000,00 (cem mil reais).

Cronograma da Distribuição Pública

| Evento | Data de Realização / Data Prevista (*) |
|---|---|
| Deliberação da Administradora para aprovar a constituição do Fundo e a Distribuição Pública | 17.09.2008 |
| Registro da Distribuição Pública na CVM | XX |
| Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Início do prazo para celebração de Compromissos de Investimento | XX |
| Término do prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo | XX |
| Término do Prazo para celebração de Compromissos de Investimento | XX |
| Publicação do Anúncio de Encerramento | XX |

(*) Tais datas são meramente estimativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Administradora e da Gestora.

Alteração das Circunstâncias, Revogação e Modificação da Distribuição Pública

A Administradora pode requerer à CVM a modificação ou revogação da Distribuição Pública, caso ocorra, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido do registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando um aumento relevante dos riscos por ela assumidos e inerentes à própria Distribuição Pública.

Adicionalmente, a Administradora pode modificar, a qualquer tempo, a Distribuição Pública, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, § 3º, da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação das condições da Distribuição Pública seja deferido, a CVM poderá, por iniciativa própria ou por pedido da Administradora, prorrogar o prazo para distribuição da Distribuição Pública por até 90 (noventa) dias, contados da aprovação do pedido de modificação.

Se a Distribuição Pública for revogada, os Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição firmados anterior ou posteriormente à revogação serão considerados ineficazes, devendo ser restituídos integralmente aos subscritores os valores já integralizados, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF.

A revogação ou qualquer modificação da Distribuição Pública será imediatamente divulgada por meio de “Anúncio de Retificação”, a ser publicado no jornal “Diário Mercantil”, veículo também utilizado para a divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.

Em se tratando de modificação da Distribuição Pública, após a publicação do Anúncio de Início, a Administradora deverá se acautelar e se certificar, no momento do recebimento dos Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, de que o subscritor está ciente de que a Distribuição Pública original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Os investidores que já tiverem aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega à Administradora do respectivo Compromisso de Investimento, deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter seu investimento no Fundo, sendo presumida a manutenção em caso de silêncio.

Suspensão e Cancelamento da Distribuição Pública

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que (a) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (b) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que depois de obtido o respectivo registro; e (ii) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Distribuição Pública será informado aos investidores que já tenham aderido à Distribuição Pública, por meio da entrega à Administradora de Compromissos de Investimento, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar o respectivo Compromisso de Investimento e eventuais Boletins de Subscrição já assinados até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao recebimento da referida comunicação. Todos os investidores que já tenham entregue à Administradora Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de cancelamento da Distribuição Pública, e os investidores que tenham revogado seus Compromissos de Investimento e Boletins de Subscrição, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores integralizados, que serão devolvidos sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução, se a alíquota for superior a zero, dos valores relativos à incidência da CPMF, no prazo de 3 (três) dias úteis contados do recebimento da revogação do Compromisso de Investimento e Boletim de Subscrição ou da comunicação do cancelamento da Distribuição Pública, conforme o caso.

Negociação de Cotas

As Cotas poderão ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, observado que os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados.

Desde que estejam integralizadas, as Cotas poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado, que somente será realizada após a listagem das cotas. Ver “Características do Fundo – Cotas, Negociação e Transferência”.

As cotas do FUNDO serão distribuídas em mercado primário no Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento (“MDC”), e negociadas no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados (“SFF”), ambos operacionalizados pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), devendo o registro ser providenciado pelo ADMINISTRADOR imediatamente após a solicitação de qualquer cotista do FUNDO.

Caberá aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Custos de Distribuição

Todos os custos de distribuição, quando existentes, serão responsabilidade da Administradora, sendo que os custos de distribuição previstos são:

| Custos | Custo Total (em R\$) | % em Relação ao valor da Distribuição Pública |
|-------------------------|---------------------------------|--|
| Comissões | | |
| Comissão de Coordenação | 0 | 0% |

| | | |
|---|----------------------|---------------|
| <i>Comissão de Colocação</i> | 0 | 0% |
| <i>Comissão de Garantia de Subscrição</i> | 0 | 0% |
| <i>Outras Comissões</i> | 0 | 0% |
| Custo Unitário de Distribuição | 0 | 0% |
| Despesas decorrentes do Registro | | |
| <i>Taxa de Registro de Distribuição</i> | R\$82.870,00 | 0,020% |
| <i>Outras Despesas de Registro</i> | R\$400,00 | 0,0001% |
| Outros Custos | | |
| <i>Advogados</i> | 0 | 0% |
| <i>Publicidade</i> | R\$5.000,00 | 0,00125% |
| Total | R\$ 88.270,00 | 0,022% |

Outras Informações

Para maiores esclarecimentos a respeito da Distribuição Pública e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto, os interessados deverão dirigir-se à CVM ou à sede da Administradora ou da Gestora, nos endereços indicados nas seções “Informações Básicas sobre o Fundo” e “Identificação de Prestadores de Serviços e Outros”, sendo que este Prospecto encontra-se à disposição dos investidores na CVM apenas para consulta e reprodução.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

Informações Gerais sobre o Fundo

Base Legal

O Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações é um fundo de investimento em participações, constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, especialmente a Instrução CVM 391.

Público Alvo

O Fundo destina-se a receber aplicações de recursos provenientes de Investidores Qualificados que busquem retorno de rentabilidade, no médio e longo prazos, condizente com a política de investimento do Fundo e que estejam dispostos a aceitar os riscos inerentes à aplicação nas Cotas.

Nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, são considerados Investidores Qualificados:

- instituições financeiras;
- companhias seguradoras e sociedades de capitalização;
- entidades abertas e fechadas de previdência complementar;
- pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio;
- fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; e
- administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios.

Data de Constituição e Autorização para Funcionamento do Fundo

O Fundo foi constituído pela Administradora em XX de 2008, e seus atos constitutivos e regulamento foram arquivados no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 2008, sob o nº XX. A autorização da CVM para o funcionamento do Fundo foi obtida em XX de 2008, sob o nº de registro XX. O código do Fundo perante a CVM é XX.

Prazo de Duração

O Fundo terá prazo de duração de 5 (cinco) anos, contado da data de integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo. O período de 3 (três) anos, contado do início do Prazo de Duração será destinado a investimentos e o período de 2 (dois) anos, após o término do Período de Investimento, será destinado a desinvestimentos, sendo que, durante o Período de Desinvestimento, os investimentos do Fundo serão liquidados, de forma ordenada, a critério da Gestora, visando a otimização do desinvestimento da Carteira.

O Prazo de Duração, o Período de Investimento e o Período de Desinvestimento poderão ser prorrogados ou reduzidos, a qualquer tempo, mediante deliberação da Assembléia Geral.

Foro

O foro competente para dirimir controvérsias relativas ao Fundo ou questões decorrentes do Regulamento é o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

Prestadores de Serviços

Para informações sobre os prestadores de serviços do Fundo, ver seção “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

Objetivo e Investimentos do Fundo

Objetivo do Fundo

O objetivo do Fundo é buscar, no longo prazo, a valorização do capital investido, por meio da aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão das Companhias Investidas.

As companhias fechadas objeto de investimento pelo Fundo deverão seguir as práticas de governança corporativa previstas na Instrução CVM 391 e no Regulamento, quais sejam:

- proibição de emissão de partes beneficiárias e inexistência destes títulos em circulação;
- estabelecimento de mandato unificado de 1 (um) ano para todo o conselho de administração;
- disponibilização de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da companhia;
- adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários;
- no caso de abertura de seu capital, obrigar-se, perante o Fundo, a aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos nos itens anteriores; e
- auditoria anual de suas demonstrações contábeis por auditores independentes registrados na CVM.

As companhias abertas objeto de investimento pelo Fundo serão aquelas que, no julgamento do GESTOR, encontram-se subavaliadas utilizando-se uma análise fundamentalista e que permitam a participação do FUNDO no processo decisório, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão. Tais companhias podem ou não integrar os segmentos especiais de listagem instituídos pela Bovespa, quais sejam, os Níveis 1 e 2 de Governança Corporativa, o Novo Mercado ou, ainda, o Bovespa MAIS (Mercado de Ações para o Ingresso de Sociedades Anônimas), bem como qualquer outro segmento especial que venha a ser criado pela Bovespa.

Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira

A Carteira será composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão das Companhias Investidas, sendo permitido ao Fundo aplicar seus excedentes de caixa em títulos de renda fixa, públicos ou privados, ou em cotas de fundos de investimento ***referenciados DI ou renda fixa, inclusive os administrados pela Administradora.*** É vedada ao Fundo a realização de operações com derivativos, exceto se exclusivamente para fins de proteção patrimonial, por meio de operações com opções que tenham como ativo subjacente valor mobiliário que integre a Carteira ou no qual haja direito de conversão.

O Fundo poderá aplicar até 100% (cem por cento) de seus recursos em uma única Companhia Investida, bem como deter participação de até 100% (cem por cento) do capital das Companhias Investidas.

Conforme expressamente previsto no Regulamento, é permitido o Fundo promover a aplicação de recursos em ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição de emissão de Companhias Investidas nas quais participem (i) a Administradora, a Gestora, os membros de comitês ou conselhos que venham a ser criados pelo Fundo, ou Cotistas, ainda que titulares de Cotas representativas de 5% (cinco por cento) ou mais do patrimônio líquido do Fundo, seus sócios e respectivos cônjuges, individualmente ou em conjunto; ou (ii) quaisquer das pessoas mencionadas no item (i) que estejam envolvidas, direta ou indiretamente, na estruturação financeira da operação de emissão de títulos ou valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, inclusive na condição de agente de colocação, coordenação ou garantidor da emissão, ou que façam parte de conselhos de administração, consultivo ou fiscal da companhia emissora dos valores mobiliários a serem subscritos pelo Fundo, antes do primeiro investimento por parte do Fundo.

O Fundo poderá, ainda, realizar operações em que figure como contraparte das pessoas mencionadas no item (i) do parágrafo anterior, bem como de outros fundos de investimento ou carteira de valores mobiliários administrados pela Administradora ou pela Gestora.

Salvo se houver a aprovação da maioria dos Cotistas reunidos em Assembléia Geral, é vedada a realização de operações pelo Fundo nas quais seja possível a identificação de existência de conflitos de interesses entre a Administradora, a Gestora e/ou os Cotistas, e o investimento realizado.

Cotas, Negociação e Transferência

Características das Cotas

As Cotas corresponderão a frações ideais do patrimônio do Fundo, constituído pelo resultado da soma do disponível, do valor da Carteira e dos valores a receber, e subtraído das exigibilidades, dividido pelo número total de cotas emitidas.

As Cotas terão a forma nominativa e serão escriturais, assegurando aos seus titulares direitos idênticos, sendo que sua propriedade presumir-se-á por extrato de conta de depósito, aberta em nome de cada cotista.

Emissão e Distribuição das Cotas

O Fundo emitirá e distribuirá, inicialmente, entre 1.000 (mil) e 2.000.000 (dois milhões) de cotas, a serem subscritas ao preço de emissão de R\$100,00 (cem reais) por Cota.

Novas distribuições de Cotas dependerão de prévia deliberação da Assembléia Geral e registro – ou dispensa, conforme o caso – da oferta de distribuição na CVM, a serem subscritas ao preço de emissão de R\$ 100,00 (cem reais) por cota, sendo que as citadas cotas serão subscritas e integralizadas pelo referido valor, a qualquer tempo ao longo do período de distribuição.

As ofertas de distribuição de Cotas poderão ser efetuadas com ou sem a elaboração de prospecto.

Subscrição e Integralização das Cotas

O procedimento para a subscrição e integralização das Cotas da primeira emissão do Fundo, bem como de eventuais emissões posteriores, encontra-se previsto na seção “Características da Distribuição Pública – Procedimentos para a Subscrição e Integralização das Cotas”.

Valor Mínimo e Máximo de Investimento

O valor mínimo individual de subscrição é de R\$100.000,00 (cem mil reais), não havendo limite máximo para a subscrição de Cotas.

Negociação de Cotas

As Cotas poderão ser negociadas mercado de balcão organizado, podendo ser transferidas, observadas as condições descritas no Regulamento e na legislação aplicável, mediante termo de cessão e transferência assinado pelo cedente e pelo cessionário e registrado em cartório de títulos e documentos, sendo que as Cotas somente poderão ser transferidas se estiverem integralizadas ou, caso não estejam, se o cessionário assumir, por escrito, solidariamente com o cedente, todas as obrigações deste perante o Fundo no tocante à sua integralização.

As cotas terão registro para distribuição no mercado primário no Módulo de Distribuição de Cotas de Fundos de Investimento (“MDC”), e para negociação no mercado secundário no Sistema de Fundos Fechados (“SFF”), ambos operacionalizados pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de cotas somente seja feita por investidores qualificados.

Adicionalmente, os cessionários de Cotas serão obrigatoriamente Investidores Qualificados e deverão aderir aos termos e condições do Fundo, por meio da assinatura e entrega à Administradora dos documentos por ela exigidos, necessários para o cumprimento da legislação em vigor e efetivo registro como Cotistas.

Os Cotistas deverão manter em boa guarda e ordem, por todo o Prazo de Duração, os documentos que formalizarem as cessões ou transferências de Cotas, sempre com a indicação da quantidade e do valor das Cotas adquiridas. Esses documentos deverão ser apresentados à Administradora, por ocasião da liquidação do Fundo ou da amortização das Cotas. No caso de não apresentação dos documentos, a Administradora reterá e recolherá os tributos previstos na legislação aplicável, sobre o valor total do resgate (na liquidação do Fundo) ou da amortização de Cotas.

Direito de Preferência

Na hipótese de transferência de Cotas, deverão, ainda, ser observadas as seguintes regras, relativas ao direito de preferência previsto no Regulamento.

O Cotista que desejar alienar suas Cotas, no todo ou em parte, deverá manifestar sua intenção, por comunicação escrita para a Administradora, especificando em tal comunicação o preço, condições de pagamento e demais condições aplicáveis à oferta.

O ADMINISTRADOR deverá convocar Assembléia Geral de Cotistas para esse fim, devendo cada cotista manifestar quanto à sua intenção de exercer seu direito de preferência e eventual aquisição de sobras na própria Assembléia Geral de Cotistas convocada para este fim. Após a Assembléia Geral de que trata os itens acima, sem que tenha havido, por parte dos demais Cotistas, exercício de direito de preferência em relação às Cotas do Cotista ofertante, o total das Cotas ofertadas poderá ser alienado a terceiros, no prazo subsequente de 30 (trinta) dias, desde que em prazos e condições não mais favoráveis do que os da oferta original aos Cotistas. Se, ao final deste prazo, o total das Cotas ofertadas não tiver sido adquirido por terceiros, ou sempre que os termos e condições aplicáveis à eventual alienação sejam mais favoráveis do que a oferta original, o procedimento relativo ao exercício do direito de preferência pelos Cotistas deverá ser reiniciado.

Alternativamente ao procedimento disposto nos parágrafos anteriores, o Cotista ofertante poderá solicitar a concordância dos demais Cotistas para a alienação de suas Cotas, mediante o oferecimento de prêmio ou sem ele.

Patrimônio Inicial Mínimo

O patrimônio inicial mínimo para funcionamento do Fundo é de R\$100.000,00 (cem mil reais), sendo que o prazo para subscrição e integralização das Cotas constitutivas do Patrimônio Inicial Mínimo é de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da data de publicação do Anúncio de Início e prorrogável por igual período.

Findo o prazo estabelecido no parágrafo anterior, caso o Patrimônio Inicial Mínimo não seja atingido, as Cotas não subscritas e/ou não integralizadas serão automaticamente canceladas e o patrimônio líquido do Fundo será restituído aos subscritores nas proporções dos valores integralizados, acrescidos dos rendimentos líquidos auferidos pelas aplicações do Fundo e deduzidos de seus custos, despesas e tributos.

Amortização e Resgate de Cotas

Amortização de Cotas e Distribuição de Dividendos Recebidos pelo Fundo

Os recursos provenientes da alienação de títulos e valores mobiliários de emissão das Companhias Investidas, deduzidos os compromissos presentes e futuros do Fundo, assim como quaisquer valores recebidos pelo Fundo, exceto dividendos, em decorrência de seus investimentos nas Companhias Investidas, poderão ser distribuídos aos Cotistas a título de amortização de Cotas, observado que (i) durante o Período de Investimento, a amortização de Cotas dependerá de proposta da Gestora e aprovação da Assembléia Geral, ***de forma que a liquidação financeira se dará no dia útil subsequente à aprovação***, e (ii) durante o Período de Desinvestimento, a amortização de Cotas dependerá de proposta da Gestora e aprovação da Administradora, ***de forma que a liquidação financeira se dará no dia útil subsequente à aprovação***.

As amortizações poderão ser realizadas exclusivamente com valores de principal desde que atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- (i) prévia aprovação da assembléia geral de cotistas; e
- (ii) envio pelo Gestor das informações necessárias, a critério da Administradora, para a operacionalização dos pagamentos;

Em caso de não atendimento de qualquer dos requisitos descritos no parágrafo acima, a amortização deverá necessariamente abranger rendimentos/juros.

As quantias atribuídas ao Fundo a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento ou direito, declarados em favor das ações de sua propriedade e que venham a ser distribuídos a qualquer tempo pelas Companhias Investidas, serão incorporadas ao patrimônio líquido do Fundo.

O Cotista inadimplente que deixar de cumprir, total ou parcialmente, sua obrigação de subscrever e integralizar as Cotas, de acordo com as chamadas de capital efetuadas pela Administradora, terá as amortizações de Cotas, os dividendos ou quaisquer outros valores distribuídos pelo Fundo a que faria jus utilizados para compensação dos débitos existentes com o Fundo, até o limite de seus débitos.

As amortizações de Cotas e os pagamentos de rendimentos aos Cotistas serão feitos por meio de depósito em conta corrente. Mediante aprovação da Assembléia Geral, será possível a utilização de bens e direitos, inclusive valores mobiliários, na amortização de Cotas, bem como na liquidação do Fundo, devendo a respectiva Assembléia Geral estabelecer oportunamente os critérios detalhados e específicos para a adoção de tais procedimentos.

Resgate

Não haverá resgate de Cotas, a não ser pelo término do Prazo de Duração ou pela liquidação do Fundo, não se confundindo os eventos de resgate com as amortizações previstas acima.

Liquidação do Fundo

O Fundo entrará em liquidação ao final do Prazo de Duração ou de sua prorrogação, se for o caso, ou por deliberação da Assembléia Geral.

Por ocasião da liquidação do Fundo, a Gestora promoverá a alienação dos ativos integrantes da Carteira e o produto resultante será entregue aos Cotistas como forma de pagamento pelo resgate de suas Cotas, na proporção de cada Cotista no patrimônio líquido do Fundo, sendo que a venda dos referidos ativos poderá ser feita por meio de transações privadas, ou em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, no Brasil.

Caso a Gestora encontre dificuldade na alienação dos ativos a preço justo, será convocada Assembleia Geral para deliberar sobre a destinação de ativos de baixa liquidez, sendo que, mediante aprovação da Assembleia Geral, a Administradora poderá promover a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, na proporção do número de Cotas detidas, mediante a utilização dos ativos integrantes da Carteira como forma de pagamento pelo resgate das Cotas. Nesta hipótese, tais ativos serão avaliados com base nos critérios descritos na seção “– Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos”, observando-se, durante a vigência da CPMF, o disposto na Instrução CVM nº 394, de 22 de julho de 2003, ou em norma posterior que venha a substituí-la.

A liquidação do Fundo e a divisão de seu patrimônio entre os Cotistas deverão ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento do Prazo de Duração ou da data da realização da Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação do Fundo, conforme o caso. Após a divisão do patrimônio do Fundo entre os Cotistas, a Administradora deverá praticar todos os atos necessários ao encerramento do fundo perante quaisquer autoridades.

Outras Informações Importantes

Exercício Social, Demonstrações Contábeis e Metodologia para Avaliação dos Ativos

O exercício social terá a duração de 1 (um) ano e terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na regulamentação vigente.

O Fundo terá escrituração contábil própria, devendo as aplicações, as contas e as demonstrações contábeis do Fundo ser segregadas das da Administradora e das da Gestora. Serão levantados balanços semestrais, em 30 de junho de cada ano, e anuais, em 31 de dezembro de cada ano.

As demonstrações financeiras do Fundo, inclusive os critérios de provisionamento e baixa de investimentos, estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por auditor independente registrado na CVM, sendo que, conforme previsto no Regulamento, somente serão provisionadas perdas consideradas permanentes nos ativos integrantes da Carteira.

A avaliação do valor da Carteira será feita utilizando-se os seguintes critérios:

| Ativo | Fontes |
|-------------------------|---|
| Títulos Públicos | Os títulos são apreçados pelos preços unitários de títulos públicos divulgados pelo Mercado Secundário da ANDIMA. |
| Títulos Privados | A nossa metodologia de precificação de ativos privados obedece necessariamente a seguinte ordem de prioridade: a) Caso o ativo possua taxa divulgada pela ANDIMA, utilizamos essas taxas para calcular o PU de mercado; b) Caso o ativo não tenha taxa divulgada pela ANDIMA, o PU de mercado é dado pela mediana de preços fornecidos por um pool de players com forte participação no mercado (PIC); c) Quando os dados em questão não forem de qualidade/quantidade mínima para o cálculo do PIC, o valor do título é apurado usando a metodologia de precificação cruzada. Caso não haja dados para a precificação cruzada ou o fluxo de amortização do papel não seja pré-definido precificamos o ativo na curva de aquisição, |
| Ações | São utilizadas as cotações referentes ao preço de fechamento do dia negociadas na BOVESPA, obtidas por um arquivo enviado por ela mesma. As ações sem cotação em bolsa de valores ou em mercado de balcão organizado serão avaliadas pelo custo de aquisição. Serão admitidas como alternativas de avaliação: (a) quando possuírem como único ativo ações em investimento direto cotada em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado, o último balanço auditado da companhia investida, que será usado para atualizar os ativos circulantes e passivos da companhia avaliada e o investimento direto será atualizado pela última cotação de fechamento disponível na bolsa de valores, proporcionalmente à participação indireta nessa companhia; ou (b) contratação de empresa independente especializada e aprovada pelo BNY Mellon, nos termos da Instrução CVM n.º 438, de 12 de julho de 2006, para determinação do valor econômico, devendo tais ativos passarem a ser contabilizados pelo seu valor econômico. |

•

Adicionalmente, a Administradora assume a responsabilidade perante a CVM e os Cotistas pelos critérios, valores e premissas utilizados na avaliação econômica adotada pelo Fundo e garante, ainda, que, uma vez adotado o referido critério de avaliação, este será regularmente utilizado ao longo dos exercícios contábeis subsequentes.

Política de Divulgação de Informações

A Administradora deverá divulgar a todos os Cotistas e à CVM, qualquer ato ou fato relevante atinente ao Fundo, exceto com relação a informações sigilosas referentes às Companhias Investidas, obtidas pela Administradora e/ou pela Gestora sob compromisso de confidencialidade ou em razão de suas funções regulares enquanto membro ou participante dos órgãos de administração ou consultivos da respectiva Companhia Investida. Em qualquer caso, a Administradora fica obrigada a enviar à CVM, simultaneamente, exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo divulgadas para Cotistas ou terceiros.

Além disso, a Administradora deverá remeter aos Cotistas e à CVM informações relativas ao Fundo, cujo conteúdo e periodicidade deverão atender o disposto no Regulamento e na legislação vigente, permitida a remessa das informações por meio eletrônico aos Cotistas, desde que estes sejam devidamente comunicados.

Adicionalmente, será fornecido aos Cotistas, contra recibo, no ato de seu ingresso no Fundo: (i) exemplar do Regulamento e, em caso de distribuição de Cotas com elaboração de prospecto, exemplar do respectivo prospecto; (ii) breve descrição da qualificação e experiência profissional da Administradora e da Gestora na administração ou gestão de carteiras; e (iii) documento de que constem claramente as despesas com comissões ou taxa de subscrição, distribuição e outras com que o Cotista tenha de arcar.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Prestadores de Serviços de Administração e Gestão do Fundo

O Fundo é administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Os serviços de gestão da Carteira serão realizados pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

Para maiores informações sobre a Administradora e a Gestora, ver “Identificação dos Prestadores de Serviços do Fundo e Outros”.

Mandato

A competência para gerir a carteira do FUNDO, que engloba as atribuições de seleção avaliação, aquisição, alienação, subscrição, conversão, permuta e exercício dos demais direitos inerentes aos ativos financeiros e às modalidades operacionais que integrem a carteira do FUNDO, cabe com exclusividade ao GESTOR, sem prejuízo dos poderes de representação do FUNDO que cabem ao ADMINISTRADOR.

O ADMINISTRADOR pode delegar os poderes de representação ao GESTOR, caso a caso e sem prejuízo do dever de informação ao ADMINISTRADOR, mediante instrumento próprio, de modo que o GESTOR possa exercer, diretamente, comparecer e votar em assembleias gerais de sócios das Companhias Investidas, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, e reuniões de órgãos administrativos de qualquer espécie, exercer direito de ação, negociar contrato social ou estatuto social das Companhias Investidas, conforme o caso, e eventuais alterações, assim como firmar contratos de compra e venda de valores mobiliários, acordos de acionistas das Companhias Investidas, acordos de investimento e/ou instrumentos de garantia. Obrigações da Administradora

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo e do Regulamento, são obrigações da Administradora:

- a) manter, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, por 5 (cinco) anos após o encerramento do Fundo:
 - os registros de Cotistas e de transferências de Cotas;
 - o livro de atas das Assembleias Gerais;
 - o livro de presença de Cotistas;
 - o arquivo de pareceres dos auditores independentes;
 - os registros contábeis referentes às operações e ao patrimônio do Fundo; e
 - a documentação relativa às operações e ao patrimônio do Fundo.
- b) receber dividendos, bonificações e quaisquer outros rendimentos ou valores atribuídos ao Fundo;
- c) custear, às suas expensas, as despesas de propaganda do Fundo;
- d) pagar, às suas expensas, eventuais multas cominatórias impostas pela CVM, nos termos da legislação vigente, em razão de atrasos no cumprimento dos prazos previstos na legislação aplicável ou no Regulamento;
- e) elaborar, junto com as demonstrações contábeis semestrais e anuais, parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, a partir de informações a serem fornecidas pela Gestora, incluindo a declaração de que foram obedecidas as disposições da legislação aplicável e do Regulamento;
- f) fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, estudos e análises de investimento elaborados pela Gestora, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembleia Geral, quando for o caso, incluindo os registros apropriados com as justificativas das recomendações e respectivas decisões;
- g) se houver, fornecer aos Cotistas que, isolada ou conjuntamente, sendo titulares de pelo menos 10% (dez por cento) das Cotas emitidas, assim requererem, atualizações periódicas dos estudos e análises elaborados pela Gestora, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- h) no caso de instauração de procedimento administrativo pela CVM, manter a documentação referida no item “a” acima até o término do mesmo;

- i) exercer, ou diligenciar para que sejam exercidos, todos os direitos inerentes ao patrimônio e às atividades do Fundo;
- j) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de administradora do Fundo;
- k) manter os títulos e valores mobiliários fungíveis integrantes da Carteira custodiados em entidade de custódia autorizada ao exercício da atividade pela CVM;
- l) elaborar e divulgar as informações previstas no Regulamento e na legislação vigente;
- m) firmar, em nome do Fundo, acordos de acionistas das Companhias Investidas ou, conforme o caso, ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas, conforme orientação da Gestora;
- n) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- o) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

Sempre que forem requeridas informações na forma prevista nos itens “f” e “g” acima, a Administradora poderá submeter a questão à prévia apreciação da Assembléia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às companhias nas quais o Fundo tenha investido, ficando, nesta hipótese, impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação.

Obrigações da Gestora

Além das atribuições que lhe são conferidas por força de lei, da regulamentação aplicável ao Fundo, do Regulamento e do contrato de gestão firmado com o Fundo e a Administradora, na qualidade de interveniente anuente, nos termos do artigo 9º, § 2º, da Instrução CVM 391, são obrigações da Gestora, ***sem prejuízo das atribuições do ADMINISTRADOR:***

- a) transferir ao Fundo qualquer benefício ou vantagem que possa alcançar em decorrência de sua condição de Gestora;
- b) comunicar à Administradora qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo de que tenha conhecimento;
- c) determinar as diretrizes de investimento e desinvestimento do Fundo;
- d) decidir sobre todo e qualquer investimento ou desinvestimento pelo Fundo, observados os limites previstos no Regulamento, e sobre alterações na composição da Carteira, observada a política de investimento do Fundo (ver “Características do Fundo – Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira”);
- e) decidir sobre as questões relevantes de interesse do Fundo, inclusive aumento de participação nas Companhias Investidas, e a adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses do Fundo;
- f) decidir sobre chamadas de capital para o Fundo, de acordo com o disposto nos respectivos Compromissos de Investimento, e sobre a celebração de novos Compromissos de Investimento, observado o disposto no Regulamento;
- g) decidir sobre a forma de alienação dos ativos que compõem a Carteira, por ocasião de sua liquidação, observado o Regulamento;
- h) orientar a Administradora na celebração de acordos de acionistas ou dos ajustes de natureza diversa que tenham por objeto assegurar ao Fundo efetiva influência na definição da política estratégica e gestão das Companhias Investidas;
- i) fornecer à Administradora as informações necessárias para elaboração do parecer a respeito das operações e resultados do Fundo, bem como elaborar os estudos e análises de investimento elaborados pela Gestora, que fundamentem as decisões a serem tomadas em Assembléia Geral, e suas respectivas atualizações periódicas, permitindo acompanhamento dos investimentos realizados, objetivos alcançados, perspectivas de retorno e identificação de possíveis ações que maximizem o resultado do investimento;
- j) cumprir as deliberações da Assembléia Geral; e
- k) cumprir e fazer cumprir todas as disposições constantes do Regulamento.

Vedações à Administradora e à Gestora

É vedado à Administradora e à Gestora, conforme o caso, direta ou indiretamente, em nome do Fundo:

- receber depósito em conta corrente;

- contrair ou efetuar empréstimos, salvo em modalidade regulada pela CVM;
- prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma;
- negociar com duplicatas, notas promissórias, excetuadas aquelas de que trata a Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, ou outros títulos não autorizados pela CVM;
- prometer rendimento predeterminado aos Cotistas; e
- aplicar recursos no exterior, na aquisição de bens imóveis, ou na subscrição ou aquisição de ações de sua própria emissão.

Substituição da Administradora e/ou da Gestora

A Administradora e/ou a Gestora devem ser substituídas nas hipóteses de (i) descredenciamento para o exercício da atividade de administração de carteira, por decisão da CVM, (ii) renúncia, ou (iii) destituição por deliberação da Assembleia Geral.

Nas hipóteses de renúncia ou descredenciamento, ficará a Administradora obrigada a convocar, imediatamente, a Assembleia Geral para eleger seu substituto e/ou o substituto da Gestora, conforme o caso, a se realizar no prazo máximo de 10 (dez) dias, sendo também facultado aos Cotistas titulares de ao menos 5% (cinco por cento) das Cotas emitidas ou à CVM, na hipótese de descredenciamento, a convocação dessa Assembleia Geral.

No caso de renúncia, a Administradora e/ou a Gestora deverão permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição, devendo comunicar sua decisão aos Cotistas e à CVM, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias e, no caso de descredenciamento, a CVM poderá indicar administrador temporário até a eleição da nova administração.

ASSEMBLÉIA GERAL DE COTISTAS

Periodicidade

A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 6 (seis) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses do Fundo o exigirem.

Convocação

A Assembléia Geral deverá ser convocada pela Administradora ou por Cotistas titulares de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das Cotas, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, mediante correspondência, fax ou qualquer outro meio de comunicação eficaz, encaminhada a cada um dos Cotistas, sendo que as convocações deverão indicar a data, o horário, o local da reunião e a descrição das matérias a serem deliberadas.

Os Cotistas deverão manter atualizados perante a Administradora todos os seus dados cadastrais, como nome completo, endereço, número de fax e endereço eletrônico, para fins de recebimento da comunicação mencionada no parágrafo anterior.

Independentemente de convocação, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Cotistas.

Legitimidade

Poderão comparecer à Assembléia Geral os Cotistas, seus representantes legais ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo que somente poderão votar os Cotistas que, até 3 (três) dias antes da data fixada para a realização da Assembléia Geral, estiverem inscritos na conta de depósito.

Os Cotistas também poderão votar através de comunicação escrita ou eletrônica, desde que o seu recebimento ocorra antes do encerramento da respectiva Assembléia Geral.

Competência

Além das matérias sujeitas expressamente à deliberação da Assembléia Geral, nos termos do Regulamento e da regulamentação em vigor, é da competência privativa da Assembléia Geral:

- a) tomar, anualmente, as contas relativas ao Fundo e deliberar, até 30 de junho de cada ano, sobre as demonstrações contábeis apresentadas pela Administradora;
- b) alterar o Regulamento, exceto quando a alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a exigências da CVM, em consequência de normas legais ou regulamentares, hipótese em que o Regulamento poderá ser alterado independentemente de deliberação da Assembléia Geral, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos Cotistas;
- c) deliberar sobre a destituição ou substituição da Administradora e/ou da Gestora e escolha de seu substituto;
- d) deliberar sobre a fusão, cisão, incorporação ou eventual liquidação do Fundo;
- e) deliberar sobre a emissão e distribuição de novas Cotas;
- f) deliberar sobre o aumento da taxa de remuneração da Administradora, inclusive no que diz respeito à participação nos resultados do Fundo;
- g) deliberar sobre a prorrogação do Prazo de Duração;
- h) deliberar sobre a prorrogação do Período de Investimento e do Período de Desinvestimento, bem como a redução do Período de Investimento, do Período de Desinvestimento e do Prazo de Duração;
- i) deliberar sobre a alteração do quorum de instalação e deliberação da Assembléia Geral;
- j) deliberar sobre a eventual instalação, composição, organização e funcionamento de comitês e conselhos do Fundo;
- k) deliberar sobre a prorrogação do prazo para aplicação dos valores recebidos pelo Fundo a título de realização do preço de emissão das Cotas subscritas;
- l) deliberar, quando for o caso, sobre o requerimento de informações apresentado por Cotistas, que seja submetido pela Administradora à prévia apreciação da Assembléia Geral, tendo em conta os interesses do Fundo e dos demais Cotistas, e eventuais conflitos de interesses em relação a conhecimentos técnicos e às Companhias Investidas, sendo que, neste caso, ficarão impedidos de votar os Cotistas que requereram a informação;

- m) deliberar sobre a utilização de ativos integrantes da Carteira na amortização de Cotas e liquidação do Fundo;
- n) deliberar sobre proposta da Gestora para efetuar amortização parcial ou total de Cotas, durante o Período de Investimento; e
- o) aprovar a alteração dos limites para despesas inerentes à constituição, fusão, incorporação, cisão ou liquidação do Fundo e à realização de Assembléias Gerais, bem como à contratação de terceiros para prestar serviços legais, fiscais, contábeis e de consultoria especializada, ambos fixados em R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por exercício social, nos termos do Regulamento.

Quorum de Deliberação

As deliberações da Assembléia Geral devem ser adotadas por votos que representem mais da metade das Cotas presentes, ressalvadas aquelas referidas nos itens “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i” e “j” da seção “– Competência”, que somente podem ser adotadas por votos que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Cotas emitidas, atribuindo-se, em qualquer caso, a cada Cota o direito a 1 (um) voto.

Consulta Formal

As deliberações da Assembléia Geral poderão ser adotadas mediante processo de consulta formal, realizada por escrito, via carta, fax ou e-mail, sem necessidade de reunião, caso em que os Cotistas terão o prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da consulta, para respondê-la, ***devendo certificar-se do recebimento de sua resposta à consulta pela Administradora..***

Da consulta deverão constar todas as informações necessárias ou apropriadas para o exercício do direito de voto do Cotista.

Publicidade das Deliberações

As deliberações da Assembléia Geral serão registradas em ata lavrada no livro próprio, sendo que o resumo das decisões deverá ser enviado, a cada Cotista até, no máximo, 30 (trinta) dias após a realização da respectiva Assembléia Geral.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

A presente análise foi elaborada com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Cotistas e ao Fundo, assumindo, para esse fim, que a Carteira é composta por, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) de valores mobiliários de Companhias Investidas, e que o Fundo irá cumprir os limites de diversificação e as regras de investimento constantes do Regulamento e da legislação em vigor.

Caso o Fundo não cumpra os requisitos acima estabelecidos, os rendimentos auferidos pelos Cotistas ficam sujeitos à tributação do imposto de renda na fonte às alíquotas previstas nos incisos I a IV do caput do Artigo 1º da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004.

Alguns Cotistas podem estar sujeitos à tributação específica, dependendo de sua qualificação ou localização. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos com relação à tributação específica a que estarão sujeitos enquanto Cotistas.

Tributação Aplicável aos Cotistas

IOF/Títulos

As operações com as Cotas podem estar sujeitas à incidência do IOF/Títulos, cobrado à alíquota máxima de 1% (um por cento) ao dia, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela progressiva anexa ao Decreto nº 4.494, de 3 de dezembro de 2002, e alterações posteriores, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IOF/Câmbio

Conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas nos investimentos em Cotas efetuados por investidores residentes ou domiciliados no exterior, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. À exceção de situações bastante específicas e não aplicáveis ao caso, a alíquota do IOF/Câmbio, atualmente, é de 0% (zero por cento). De toda forma, a alíquota do IOF/Câmbio pode ser majorada a qualquer tempo por ato do Poder Executivo, até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento), relativamente a transações ocorridas após este eventual aumento.

Imposto de Renda

O imposto de renda aplicável aos Cotistas tomará por base (i) a residência dos Cotistas: (a) no Brasil; e (b) no exterior, e (ii) considerando as características do Fundo, 3 (três) eventos financeiros que resultam no fato gerador do rendimento tributável: (a) a cessão ou alienação de Cotas; e (b) a amortização de Cotas.

Cotistas do Fundo Residentes no Brasil

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda, à alíquota de 15% (quinze por cento).

Os ganhos auferidos pelos Cotistas serão apurados no momento que este ceder ou alienar suas Cotas a terceiros. Já os rendimentos auferidos por tais Cotistas serão verificados na hipótese de amortização das Cotas.

Na hipótese de amortização de Cotas, a base de cálculo do imposto de renda incidente sobre os rendimentos auferidos pelos Cotistas corresponderá à diferença positiva entre o montante recebido a título de amortização, e o custo de aquisição das Cotas objeto dessa amortização. Assim, só haverá a incidência do imposto se o valor recebido a título de amortização for superior ao custo de aquisição dessas Cotas.

Os ganhos apurados por pessoa jurídica em operações realizadas fora de bolsa serão tributados como ganho líquido. Já os ganhos verificados por pessoa física, também em operações realizadas fora de bolsa, serão tributados de acordo com as regras aplicáveis aos ganhos de capital na alienação de bens ou direitos de qualquer natureza. Em ambos os casos, a alíquota aplicável é de 15% (quinze por cento), e a base de cálculo do imposto equivale à diferença positiva entre o valor da cessão ou alienação e o custo de aquisição das Cotas objeto da cessão ou alienação.

Cotistas do Fundo Não Residentes no Brasil

Aos Cotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 2.689 (“Cotistas Qualificados”), é aplicável tratamento tributário específico,

determinado em função de residirem em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20% (vinte por cento) ou, ainda, cuja legislação interna oponha sigilo relativo à composição societária de pessoas jurídicas ou à sua titularidade e localidade (“Paraíso Fiscal”).

- *Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*

Os ganhos e rendimentos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota de 0% (zero por cento). Este tratamento tributário privilegiado não se aplica na hipótese de o respectivo Cotista deter, isoladamente ou em conjunto com pessoas a ele ligadas, 40% (quarenta por cento) ou mais da totalidade das Cotas ou quantidade de Cotas que lhe dê direito ao recebimento de rendimento superior a 40% (quarenta por cento) do total de rendimentos auferidos pelo Fundo, ou em caso do Fundo deter na Carteira, a qualquer tempo, títulos de dívida em percentual superior a 5% (cinco por cento) de seu patrimônio líquido (ressalvados desse limite as debêntures conversíveis em ações, os bônus de subscrição e os títulos públicos). Nestes casos, os ganhos auferidos nas Cotas serão tributados pelo imposto de renda à alíquota máxima de 15% (quinze por cento).

- *Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal*

Os Cotistas Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito no item “– *Cotistas Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal*” acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao imposto de renda aplicável aos Cotistas residentes no Brasil.

Tributação Aplicável ao Fundo

IOF/Títulos

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta por cento) ao dia.

Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira do Fundo são isentos do imposto de renda.

ANEXOS

Instrumento Particular de Constituição do Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações

Instrumento de Alteração do Regulamento do Leblon Equities Fundo de Investimento em Participações

Regulamento do Fundo

Declarações da Administradora, nos termos do artigo 56, da Instrução CVM 400

Minuta de Compromisso de Investimento

Minuta do Boletim de Subscrição